



ATA DA TRIGÉSIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UTFPR

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34

Aos sete dias do mês de julho de dois mil e quinze, reuniu-se o Conselho Universitário, na sala de Reuniões da Reitoria da Universidade Tecnológica Federal do Paraná-UTFPR, Bloco J₁, sita na Rua Desembargador Westphalen, número seiscentos e trinta e sete, Curitiba, às catorze horas, tendo como Presidente em exercício Luiz Alberto Pilatti, com a presença dos Conselheiros: André Luis Dresch, Antônio Gonçalves de Oliveira, Carlos Alberto Mucelin, Carlos Cziulik, Carlos Henrique Mariano, Cezar Augusto Romano, Dalmarino Setti, Devanil Antonio Francisco, Eden Januario Netto, Eduardo Felix Ribeiro Romanelli, Elsa Moreira, Fabio Kurt Schneider, Fernando César Manosso, Gilson Leandro Queluz, Guataçara dos Santos Junior, Heron Oliveira dos Santos Lima, Humberto Remigio Gamba, Jeferson Ferreira de Deus, Jefferson Gustavo Martins, José Airton Azevedo dos Santos, José Carlos Gabardo, Katya Cristina de Lima Picanço, Luiz Alberto Vieira Sarmiento, Marcelo Guelbert, Marcio Roberto Ghizzo, Marcos Massaki Imamura, Maria Leni Gapski, Neri Santos de Vargas, Paulo Cesar Paulino, Priscilla Santo de Souza, Rafael Cardoso, Rogério Eduardo Cunha de Oliveira, Sandrone Fochesatto, Valter Oshiro Vilela, Vanessa Ishikawa Rasoto e Walter Luis Mikos. O presidente iniciou a reunião, agradecendo a presença de todos. Em seguida, deu posse aos conselheiros: Maria Leni Gapski, representante suplente dos Docentes do Câmpus Curitiba, e Jefferson Gustavo Martins, representante suplente dos Docentes do Câmpus Toledo. Após, o presidente justificou a ausência dos conselheiros titulares: Admilson Teixeira Franco, Alfredo de Gouvea, Antonio Carlos Mazzetti, Antonio Augusto de Paula Xavier, Cezar Augusto Tacla, Elaine Cristina Ferruzzi, Gilberto Cruz Rautt Junior, Guilherme Luiz Frufrek, João Paulo Aires, Marco Antonio Areias Secco, Marcos Junior Brambilla, Mauricio Alves Mendes, Nanci Stancki da Luz, Paulo André de Camargo Beltrão, Vilson Luiz Dalle Mole e Weslei Trevisan Amancio; e dos conselheiros suplentes: Mercedes Panassol Demore, Nelson Luiz Bonardi, Sediane Carmen Lunardi Hernandez e Silvana Heidemann Rocha. Na sequência, o Presidente parabenizou os conselheiros aniversariantes dos meses de abril, maio e junho. **EXPEDIENTE:** A ata da trigésima sétima reunião ordinária, de vinte e sete de março de dois mil e quinze, foi aprovada por trinta e cinco votos favoráveis e uma abstenção. **COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA:** Aconteceram posses que têm relação direta com a vida da Universidade. Dia 6 de abril, do novo ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro; em 11 de maio, do novo

35 Secretário da Secretaria de Educação Superior (SESU), Jesualdo Pereira Farias, e, em 7
36 de maio, do presidente da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
37 (CAPES), Carlos Afonso Nobre. Dia 10 de abril, houve a comemoração dos 20 anos do
38 Câmpus Campo Mourão e dia 15 de abril, dos 4 anos do Câmpus Guarapuava.
39 Aconteceu a posse também dos membros dos Conselhos Deliberativos Especializados
40 da UTFPR, dia 7 de maio. Está em curso a instalação do Fórum Consultivo Empresarial e
41 Comunitário da UTFPR, mecanismo previsto no Estatuto, que permite uma importante
42 integração da Universidade com o tecido socioprodutivo das diferentes regiões. Esta
43 instalação já aconteceu nos Câmpus Santa Helena, Toledo, Dois Vizinhos e Campo
44 Mourão, respectivamente, nos dias 25 de maio, 26, 23 e 29 de junho. Dando continuidade
45 à reunião, o presidente passou à **ORDEM DO DIA. Processo nº 05/2015 –**
46 **APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO**
47 **PARANÁ – EXERCÍCIO 2015.** Após a leitura do relato pelo Conselheiro Carlos Alberto
48 Mucelin, o presidente discorreu sobre o uso do orçamento, afirmando, especialmente,
49 que o montante dirigido às Pró-Reitorias e Reitoria acaba sendo direcionado aos câmpus.
50 Parabenizou, ainda, a equipe que trata do assunto e, em seguida, abriu a palavra aos
51 conselheiros. O Conselheiro Cezar Augusto Romano parabenizou o relator do processo e
52 fez questionamentos a respeito da necessidade de detalhamento das ações no uso dos
53 recursos para que todos os câmpus, pela escassez do tempo, se agilizem e não haja
54 desencontros. Disse que não queria colocar em discussão, mas salientar alguns
55 questionamentos. Continuou perguntando qual será a fórmula para acesso aos recursos
56 de custeio, que deverão estar disponível a todos os câmpus. Perguntou, ainda, qual a
57 fórmula para chegar ao montante descrito no resumo das aplicações de custeio, como no
58 item 5.1.6, em que a primeira linha registra a manutenção dos programas
59 governamentais, item no valor de R\$ 19.101.143,07. Que a forma de se chegar a esse
60 valor fosse melhor explicitada tanto no processo, quanto no relato. Disse, também, que
61 no item 2.3 do processo, surgem dificuldades de se entender a origem os valores ali
62 apresentados. Com relação ao câmpus Curitiba, solicitou explicação sobre a perda que o
63 câmpus teve, por causa do repasse de 2014 para 2015, demonstrado no quadro 12 do
64 processo, onde consta uma diferença a menos, beneficiando outros câmpus. O
65 Conselheiro Carlos Alberto Mucelin dirigiu-se ao Conselheiro Cezar Augusto Romano,
66 dizendo que, a respeito do montante para manutenção dos programas governamentais, a
67 explicação estava muito clara, quando, no item 3.2 do processo encaminhado aos
68 conselheiros, estão especificados por valor e por área. Registra-se ali para o Plano
69 Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, como exemplo, 17 milhões e, em seguida,
70 programa por programa com os valores determinados, havendo, com certeza,
71 organização na distribuição dos valores. O Conselheiro Cezar Augusto Romano colocou

72 que estava questionando o detalhamento dos recursos, item a item, pois, na reunião de
73 diretores foram ditos 9 milhões. Em seguida, o Conselheiro Sandrone Fochesatto
74 esclareceu ao Conselheiro Cezar Augusto Romano que, no primeiro semestre, foram
75 executados do PNAES 9 milhões e há um planejamento de aplicação de todos os
76 recursos nos programas já existentes de Assistência Estudantil, como Auxílio
77 Permanência e outros, que serão aplicados e publicados em Editais para o segundo
78 semestre. Os 9 milhões referem-se a editais já publicados e apurados. O conselheiro
79 Cezar Augusto Romano solicitou a correção no Quadro 12 do relato – demonstrativo dos
80 recursos para a manutenção dos Câmpus da UTFPR – argumentando que o Câmpus
81 Curitiba deixou de receber no ano de 2014, como mostra os limites não liberados de R\$
82 81.512,08, e estaria sendo penalizado pela redução no valor orçamentário de 2015. O
83 relator Carlos Alberto Mucelin esclareceu sobre o tópico de contingenciamento, dizendo
84 que o que está no relato apenas afirma os dados do Orçamento, lembrando que isso foi
85 tema em uma das reuniões dos Diretores-Gerais. Disse que na distribuição dos custeios
86 do ano de 2014, alguns câmpus já tinham recebido e utilizado os valores orçamentários,
87 sendo que o corte pelo Governo desencadeou-se posteriormente, não entendendo, dessa
88 forma, que houve uma perda dupla ao câmpus Curitiba, pois houve compensação
89 financeira com a aplicação da fórmula. O conselheiro Cezar Augusto Romano novamente
90 expôs a sua questão, lembrando que, em 2014, os câmpus Curitiba, Dois Vizinhos,
91 Francisco Beltrão, Londrina e Ponta Grossa receberam menos recurso, parecendo lógico
92 então que os demais câmpus fizessem um rateio para compensar esses que não
93 receberam o valor total. O presidente esclareceu que, no ano anterior, o Governo deu o
94 Orçamento, mas não o liberou integralmente o financeiro, cortando então em torno de
95 dez por cento do valor total. No momento que essa porcentagem não veio à
96 Universidade, alguns câmpus já haviam ultrapassado o limite de noventa por cento,
97 devido às demandas e aos gastos que já haviam sido feitos. Esses que gastaram a mais
98 ficaram com o valor negativo na tabela, devido à compensação, visto que não seria justo
99 penalizar aqueles que não gastaram os noventa por cento. O conselheiro Sandrone
100 Fochesatto esclareceu que foi reduzida a matriz de 2014 e compensada em 2015, sendo
101 assim aplicado o mesmo corte em todos os câmpus. Ainda, comentou que esse
102 Orçamento levou em conta sugestões do ano anterior, sendo importante analisar as
103 tabelas num contexto, e não de forma individual. Em seguida, o conselheiro Gilson
104 Leandro Queluz mencionou o Quadro 21 do Orçamento – Estimativa de investimento
105 para as aquisições institucionais – questionando o valor do item “Renovação de *software*
106 OFFICE”, afirmando que haveria muitos *softwares* livres no mercado que poderiam
107 substituí-lo, permitindo-se investir esse valor em outros pontos em que houve o corte,
108 como, por exemplo, na assistência estudantil e treinamento de funcionários. O presidente

109 esclareceu que, ainda que seja interessante a política do *software* livre, neste momento,
110 gerar-se-iam situações ilegais, mas que a sua sugestão ficaria registrada. O conselheiro
111 Jefferson Ferreira de Deus solicitou, em seguida, no Quadro 02 do relato – Recursos
112 para manutenção de Ações institucionais – que o item “Restaurante Universitário,
113 subsídios: Valor R\$ 4.000.000,00” fosse detalhado por câmpus. O conselheiro Sandroney
114 Fochesatto esclareceu que é feita uma projeção de gasto para cada Câmpus, de acordo
115 com a quantidade de refeições servidas, e o valor consta em Edital. Continuando, o
116 conselheiro Jefferson Ferreira de Deus pediu que houvesse maior detalhamento nos itens
117 “Programa de Dupla Diplomação – Apoio a Docente (ação conjunta entre PROGRAD e
118 PROREC)” do Quadro 06 do relato, e “Programa Qualidade de Vida Estudantil” do
119 Quadro 07 seguinte. O presidente esclareceu que esses assuntos são discutidos em
120 conselhos específicos, sendo assim, todos os Diretores de áreas dos câmpus participam
121 desse debate, passando então a palavra aos conselheiros específicos da área. A
122 conselheira Vanessa Ishikawa Rasoto, em relação ao Programa de Qualidade de Vida
123 Estudantil, disse que houve uma análise do Edital 02/2014, do qual houve a seleção de
124 projetos para o ano de 2015. Após a aprovação desse Orçamento em análise, afirmou
125 que será feita a aplicação de recursos para os câmpus. Os Núcleos de Acompanhamento
126 Psicopedagógico e Assistência Estudantil (NUAPE) de cada câmpus fizeram seu projeto,
127 visando à realização de eventos que resultem na qualidade de vida dos estudantes na
128 UTFPR. Em seguida, o conselheiro Carlos Henrique Mariano, em relação à Dupla
129 Diplomação, disse que foi prevista a verba para apoiar a ida dos coordenadores e dos
130 representantes de cada câmpus até as Universidades do exterior, para assim estreitar o
131 processo de dupla diplomação. Retornando a fala do conselheiro Jefferson Ferreira de
132 Deus, pediu esclarecimentos em relação ao primeiro parágrafo do item 5.1.5.2 do relato,
133 pois este contradiz o Quadro 10. O conselheiro Sandroney Fochesatto esclareceu que os
134 recursos a serem rateados referem-se à sobra dos recursos de despesas assumidas,
135 como projetos institucionais e programas governamentais. Após esclarecer, sugeriu que
136 fosse adequada a redação para uma melhor compreensão. O conselheiro Jefferson
137 Ferreira de Deus afirmou que tem sido complicado manter a atividade fim da Instituição,
138 que é o ensino, a pesquisa e a extensão, sem a aquisição de novos equipamentos,
139 mencionando o Quadro 16 – demonstrativo dos recursos vinculados a Projetos
140 Institucionais. Disse a importância da distribuição do financeiro para o câmpus dentro de
141 uma matriz de rateio, conforme a necessidade. Questionou também o grande
142 detalhamento para o custeio e pouco para os investimentos. O conselheiro Sandroney
143 Fochesatto comentou os dizeres do Ministério da Educação, em que mencionam a
144 manutenção dos Pactos, e o registro de que não há verba para o momento. Assim,
145 lembrou que o orçamento estaria restrito e foi elaborado conforme os dirigentes de cada

146 câmpus determinaram. Também mencionou que, há alguns anos, não recebem a verba
147 de bancada, que era direcionada principalmente para os investimentos. Em seguida, o
148 presidente passou a fala à conselheira Priscila Santo de Souza, que também solicitou o
149 detalhamento dos valores para o “Restaurante Universitário – subsídios”, no Quadro 02
150 do relato – Recursos para a manutenção de Ações Institucionais, e para o “Cursos e
151 Concursos”, no mesmo Quadro. Também, pediu detalhamento em PNAES, no Quadro
152 03. O conselheiro Sandrone Fochesatto sugeriu, então, que, no Relatório de Gestão,
153 seja apresentado esse detalhamento por câmpus e também as ações envolvidas. Em
154 seguida, o conselheiro Carlos Henrique Mariano mencionou que, no ano de 2010, a
155 Instituição aderiu à Secretaria de Educação Superior (SESu) e, assim, passou a receber
156 um aporte maior de recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil. Assim, o
157 recurso recebido na atualidade pelo PNAES é para manter esse Programa na Instituição,
158 o qual paga uma bolsa dividida em partes, assim exemplificada: transporte, alimentação,
159 auxílio para o aluno se manter, auxílio único de instalação, entre outras. Então, a maior
160 parte do PNAES é para pagar em torno de três mil bolsas aos alunos cotistas, divididos
161 em preto, pardo, índio e pessoas de baixa renda. O conselheiro ainda afirmou que os R\$
162 4.000.000,00 referentes ao Restaurante Universitário referiam-se a uma contrapartida da
163 Universidade para subsidiar os alunos, visto que a refeição custaria em torno de R\$ 7,00,
164 sendo o restante pago pela Universidade. Então, enfatizou que o PNAES seria
165 praticamente absorvido no Programa de Bolsas para manutenção da permanência do
166 aluno na Instituição. O conselheiro Cezar Augusto Romano pediu para que houvesse
167 uma reflexão sobre a evolução da matriz orçamentária, para que o orçamento da
168 Universidade possa privilegiar tanto os cursos de graduação como os técnicos e *stricto*
169 *sensu*. Também, solicitou que refletissem sobre a evolução ao estabelecer esse
170 documento em questão. Então, pediu que fosse mais amplamente discutido em reunião
171 de Diretores-Gerais o detalhamento da formulação do orçamento de custeio, dando
172 ênfase a investimentos, permitindo a discussão do Plano de Desenvolvimento de cada
173 câmpus. Refletiu, ainda, sobre a importância de se planejar o orçamento
174 antecipadamente. Esclareceu, no Quadro 16 do relato – demonstrativo dos recursos
175 vinculados a Projetos Institucionais – que a “Aquisição de um imóvel” do câmpus Curitiba,
176 refere-se a “outro” que não à nova sede, da Siemens, pois este foi um projeto específico
177 do Ministério da Educação. Para finalizar sua fala, solicitou que seja feito o rateio das
178 despesas da sede centro, entre o custeio do câmpus Curitiba e da Reitoria. Sobre esse
179 último assunto, o conselheiro Sandrone Fochesatto esclareceu que já começou a ser
180 debatido no ano anterior, sendo que a Pró-Reitoria de Planejamento e Administração
181 (PROPLAD) encaminhou uma proposta para a Diretoria de Planejamento (DIRPLAD) do
182 câmpus Curitiba, sobre a qual não obteve resposta, e disponibilizou-se para conversar

183 sobre ratear o custeio das despesas com a Reitoria posteriormente. O presidente passou
184 a palavra ao conselheiro Jefferson Gustavo Martins, que sugeriu no Quadro 04 do relato
185 – Recursos para fomento dos Projetos Institucionais da PROGRAD – o aumento do
186 número de bolsas em “Apoio ao desenvolvimento de Trabalhos de Conclusão de Cursos
187 (TCC)”, mantendo-se o Valor de R\$ 480.000,00. Isso permitiria a ampliação do número
188 de bolsistas, porém cada um deles receberia um valor menor. O presidente passou a
189 palavra ao conselheiro Carlos Henrique Mariano, que esclareceu que essa bolsa de TCC
190 aporta quatrocentos reais por trabalho e não por aluno, por um período de dez meses.
191 Esses trabalhos são selecionados por Edital, em cada câmpus. Mesmo após o
192 esclarecimento, o conselheiro Jefferson Gustavo Martins pediu que ficasse registrada a
193 sua sugestão para um momento futuro e continuou a sua fala. Solicitou alguns
194 esclarecimentos na proposta de Orçamento, no item 3.5.3 Rateio Orçamentário aos
195 Câmpus, os quais foram respondidos pelo presidente da reunião. Fica registrada a
196 solicitação de alteração do termo “proporcionalmente” por “igualmente”, no texto do
197 mesmo item, logo acima da Tabela 04, ficando o texto “creditando-se igualmente,
198 para o exercício de 2015, aos Câmpus de Apucarana, Francisco Beltrão e Guarapuava”.
199 Ainda pediu a correção e a inclusão de Londrina e Dois Vizinhos, no meio desse mesmo
200 parágrafo. O presidente pediu que fosse feita a revisão e correção. O conselheiro Rafael
201 Cardoso questionou como seriam previstas as aquisições e quais as origens dos
202 recursos acerca dos investimentos em imóveis, mostrando-se interessado na expansão
203 física dos câmpus. O conselheiro Sandrone Fochesatto disse que há diversas formas de
204 aquisição de um imóvel. Mencionou alguns exemplos, como a doação de terreno pela
205 prefeitura do município e, não sendo possível essa opção, é feito um estudo de espaço
206 físico disponível e viável. Amplificou dizendo que são utilizados os recursos de
207 investimento, porém havendo exceções como o ocorrido no câmpus Londrina, em que
208 houve a parceria da Fundação Araucária, e também na Neoville, em Curitiba, em que foi
209 feito um projeto de aquisição com o Ministério da Educação. Não havendo mais inscritos,
210 o presidente em exercício colocou o relato do conselheiro Carlos Alberto Mucelin em
211 votação, o qual foi aprovado com trinta e dois votos favoráveis, um contrário e três
212 abstenções. **Processo nº 06/2015 – PROPOSTA DE REGULAMENTO PARA**
213 **CONCESSÃO DE BOLSAS PARA SERVIDORES DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA**
214 **FEDERAL DO PARANÁ. Relator: Humberto Remigio Gamba.** Após a leitura do relato,
215 o presidente passou a palavra aos conselheiros. O conselheiro Rafael Cardoso fez
216 alguns questionamentos. Inicialmente, pediu esclarecimentos do termo “programas
217 próprios de fomento” citado no Art. 2, parágrafo primeiro da proposta de regulamento.
218 Questionou se haveria regulamentação sobre o assunto e qual seria a origem dos
219 recursos para isso. Em seguida, sugeriu a retirada da palavra “ensino” do parágrafo único

220 do Art. 3º, o que foi acatado pelo relator. Em seus questionamentos, levantou ainda o
221 ponto do relato referente ao Art. 13º. Após um amplo debate sobre o texto adicionado na
222 proposta de regulamento pelo relator “com prazos definidos em Instrução Normativa de
223 funcionamento da Comissão Central de Avaliação de Bolsas”, o presidente propôs que o
224 relator tivesse uma conversa posterior com a Procuradoria Jurídica, verificando a redação
225 adequada. Havendo concordância, passou-se a palavra ao conselheiro Fabio Kurt
226 Schneider, que respondeu ao conselheiro Rafael Cardoso sobre a primeira dúvida
227 colocada referente aos “programas próprios de fomento”. Disse que não haveria uma
228 regulamentação e que seria necessária a aprovação desse regulamento de bolsas para
229 que haja previsão de recursos e futuras possibilidades. Aproveitando sua fala, o
230 conselheiro Fabio Kurt Schneider fez algumas considerações por estar envolvido na
231 Comissão que deu origem a essa proposta de regulamento. Apontou, no relato, em
232 Considerações, segundo parágrafo, para que seja alterado o termo “subcomissão” por
233 “Comissão”, visto que o regulamento esteve aberto para consulta e todas as sugestões
234 foram tratadas diretamente pela Comissão. Sugeriu também, no Art. 11º do relato,
235 parágrafo segundo, inciso primeiro, que o texto passasse a ser de “se o objeto atende
236 aos Art. 1º e 2º desse Regulamento” por “se o objeto atende a esse Regulamento”. O
237 relator acatou ambas as sugestões. O presidente solicitou autorização para prorrogar a
238 reunião, o que foi aceito pelos conselheiros. Em seguida, passou a palavra ao
239 conselheiro Carlos Henrique Mariano, que sugeriu a não retirada, no título, do termo
240 “Concessão”, sugerido pelo relator. Esse não aceitou, defendeu e argumentou que o
241 regulamento em questão não concede bolsas e sim as normatiza e, por isso, a retirada
242 desse termo do título. Assim o presidente colocou em votação, sendo a sugestão do
243 conselheiro Carlos Henrique Mariano vencida por unanimidade. Dando prosseguimento,
244 passou-se a palavra ao conselheiro Antonio Gonçalves de Oliveira, que solicitou a
245 alteração, no Art. 1º, do termo “Instrumentos Contratuais” para outro mais acertado, e o
246 conselheiro Carlos Cziulik afirmou que o mais adequado seria “Instrumentos Legais”.
247 Havendo concordância também do relator, foi incorporada a solicitação. Retornando a
248 fala, o conselheiro Antonio Gonçalves de Oliveira pronunciou-se sobre o
249 “desenvolvimento institucional”, questionando se isso seria outra modalidade de bolsa e
250 pediu que fosse colocado em pormenores. O presidente explanou que esse termo consta
251 em lei, sem fazer detalhamento. O conselheiro Fabio Kurt Schneider disse que houve a
252 preocupação de se definir o termo e causar uma limitação na abrangência, futuramente,
253 mas que se fosse apresentado algum texto que o definia, poderia haver uma discussão
254 posterior. O conselheiro Antonio Gonçalves de Oliveira sugeriu, no Art. 4º, a definição de
255 valores mínimos e/ou máximos no valor das bolsas. Após uma ampla discussão, também
256 sobre as bolsas correspondentes e sobre o melhor texto para o artigo, surgiu uma

257 proposta de se manter o texto original, a qual foi votada sendo vencida por trinta e dois
258 votos, contra quatro votos a favor do texto do relator. Assim, ficou decidido a manutenção
259 do texto original “Para a fixação dos valores das bolsas, deverão ser considerados os
260 valores de bolsas correspondentes concedidas por agências oficiais de fomento”. O
261 conselheiro Gilson Leandro Queluz deu prosseguimento, solicitando alteração no Art. 11º,
262 parágrafo segundo, inciso quarto, para “A produção de inovações tecnológicas e de
263 conhecimento científico e da geração e transferência de desenvolvimento de
264 conhecimentos técnicos, artísticos e culturais”, a fim de se contemplar outros tipos de
265 bolsas. O relator acatou. Ainda, registrou que a Procuradoria Jurídica - PROJU retira
266 alguns itens da proposta de regulamento, como mostra o relato, mas não define o motivo
267 aos conselheiros. O conselheiro Fabio Kurt Schneider esclareceu que a PROJU fica à
268 disposição para esclarecer o Parecer Jurídico emitido ao documento. Explanou
269 brevemente alguns pontos em que a PROJU solicitou a retirada de textos. O conselheiro
270 Jefferson Gustavo Martins solicitou a especificação do inciso quarto, do Art. 3º, sobre a
271 Bolsa de Desenvolvimento Institucional. O relator manteve a sua posição, sendo então
272 colocado em votação. Com trinta e dois votos favoráveis ao relator, manteve-se o texto,
273 sem a especificação. Em seguida, o conselheiro Jefferson Gustavo Martins prosseguiu
274 em sua fala, mencionando o Art. 11º, parágrafo segundo, inciso segundo, dizendo que
275 esse item deveria ser apenas para desempate, e não como um dos primeiros aspectos
276 do instrumento contratual. O conselheiro Fabio Kurt Schneider esclareceu que os itens
277 não apresentam pesos, ou seja, todos são essenciais e analisados da mesma forma,
278 lembrando que uma das coisas mais importantes a ser avaliadas ao celebrar um contrato
279 seria o interesse institucional. Em seguida, a conselheira Priscilla Santo de Souza pediu a
280 supressão, no Art. 9º do relato, de “está sujeita à autorização do Diretor-Geral do
281 câmpus”. O conselheiro Fabio Kurt Schneider esclareceu que esse ponto foi adicionado,
282 após a consulta pública, ao se entender que, ao ser feito um contrato, a UTFPR precisa
283 ter o conhecimento, assim, caberia ao Diretor-Geral responder pelo funcionário, no
284 sentido de averiguar se esse servidor encontra-se dentro da lei para a ação solicitada. A
285 conselheira Katya Cristina de Lima Picanço também sugeriu a alteração desse texto,
286 devido à burocratização e o fato de que a penalização não cabe ao Diretor-Geral, mas
287 sim ao servidor responsável pela pesquisa. O Conselheiro Fabio Kurt Schneider
288 novamente esclareceu que esse ponto trata apenas da necessidade legal de autorização
289 superior para o ato ser concretizado. A conselheira Priscilla Santo de Souza afirmou que
290 o termo “sujeita à” seria muito burocrático e limitador, e por isso sugeriu que fosse
291 alterado por “mediante a anuência do Diretor -Geral do Câmpus”. O não aceite dessa
292 nova redação pelo relator, levou à votação, resultando na manutenção do texto do relato,
293 com a apresentação de trinta e três votos favoráveis ao relator e três votos para novo

294 texto proposto pela conselheira. Prosseguindo, a conselheira Priscilla Santo de Souza
295 pediu a participação dos técnicos-administrativos no que se refere ao Art. 12, sugerindo a
296 indicação dos mesmos pela Comissão Interna de Supervisão – CIS. Não sendo apoiada
297 pelo relator, o presidente colocou a questão em votação. Com trinta e três votos
298 favoráveis ao relator e três votos à conselheira, manteve-se o texto do relator. O
299 conselheiro Cezar Augusto Romano sugeriu, no inciso quinto do Art. 12º, que o relator
300 não acatasse a sugestão da PROJU, mantendo-se um representante indicado pela
301 FUNTEF-PR. O relator não acatou a sugestão, sendo colocado então para votação dos
302 conselheiros. Houve trinta e cinco votos a favor do relator e um voto favorável à sugestão
303 do conselheiro. Em seguida, o conselheiro Eduardo Felix Ribeiro Romanelli questionou
304 se as bolsas em discussão constituíam remuneração pecuniária direta ou indireta e,
305 consequentemente, estariam ou não submetidas às cento e vinte horas. O conselheiro
306 Fabio Kurt Schneider respondeu que não estariam, e mencionou o texto do relato, em
307 Fundamentações, que diz o seguinte: “Observa-se que a proposta deste Regulamento
308 não trata dos incisos VIII, XI e XII do Art. 21, da Lei 12.772, que têm limitação de carga
309 horária anual (i.e., 30h para o artigo VIII e 120h para XI e XII). Tais incisos devem fazer
310 parte do regulamento do trabalho esporádico”. Não havendo mais inscritos, o presidente
311 colocou o relato do conselheiro Humberto Remigio Gamba, com as alterações, em
312 regime de votação. O documento foi aprovado com trinta e quatro votos favoráveis, um
313 contrário e uma abstenção. **Processo nº 07/2015 – PROPOSTA DE OUTORGA DO**
314 **PRIMEIRO TÍTULO DE DOUTOR HONORIS CAUSA DA UNIVERSIDADE**
315 **TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. Relator: Eden Januario Netto.** Após a leitura
316 do relato, o presidente passou a palavra aos conselheiros. O conselheiro Gilson Leandro
317 Queluz sugeriu a inclusão, no prefácio do relato, dos vários méritos estabelecidos na
318 biografia do senador da República Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque, além da
319 questão de sua participação na criação da Universidade. O conselheiro Carlos Alberto
320 Mucelin registrou que o país carece de figuras públicas sérias, preocupadas com a
321 educação, assim como o senador Cristovam Buarque, que teve essa iniciativa, como
322 Ministro à época. A conselheira Elsa Moreira enfatizou que toda a homenagem e a
323 apresentação de seus méritos poderão ser feitas na Sessão Solene do COUNI, momento
324 em que o Título será entregue. Não havendo mais inscrições, o relato do conselheiro
325 Eden Januário Netto foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade. Antes
326 de finalizar, o presidente colocou que houve uma solicitação do conselheiro Weslei
327 Amâncio Trevisan para que haja uma Moção de Apoio à greve dos Técnicos-
328 Administrativos pelo Conselho Universitário. Houve a apresentação de duas propostas de
329 texto para a Moção, contendo pontos divergentes. Um dos documentos foi apresentado
330 pelo presidente em exercício do COUNI, enquanto que o outro foi exposto pela

331 conselheira Priscilla Santo de Souza. Após a leitura, o presidente colocou em votação o
332 apoio da Moção pelo COUNI sendo aprovado por trinta e cinco conselheiros, havendo um
333 voto contrário. Em seguida, foram colocadas as duas Moções, momento em que houve
334 vinte e nove conselheiros a favor da Moção da proposta apresentada pela presidência,
335 cinco a favor da conselheira e uma abstenção. Não havendo comunicados dos
336 conselheiros e nada mais a tratar, o presidente encerrou a reunião, desejando uma boa
337 viagem de retorno aos Câmpus para aqueles que fossem realizar o deslocamento,
338 dando, em seguida por encerrada a reunião da qual, eu, Cleonice Mendonça Pirolla,
339 secretária, lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim, pelo presidente e pelos
340 conselheiros presentes.

341 **Titulares:**

342 Antonio Gonçalves de Oliveira

343

344 Carlos Alberto Mucelin

345

346 Cezar Augusto Romano

347

348 Dalmarino Setti

349

350 Devanil Antonio Francisco

351

352 Eden Januário Netto

353

354 Elsa Moreira

355

356 Fabio Kurt Schneider

357

358 Fernando César Manosso

359

360 Gilson Leandro Queluz

361

362 Heron Oliveira dos Santos Lima

363

364 Humberto Remigio Gamba

365

366 Jeferson Ferreira de Deus

367

| | |
|-----|-----------------------------------|
| 368 | José Airton Azevedo dos Santos |
| 369 | |
| 370 | José Carlos Gabardo |
| 371 | |
| 372 | Katya Cristina de Lima Picanço |
| 373 | |
| 374 | Luiz Alberto Vieira Sarmento |
| 375 | |
| 376 | Marcelo Guelbert |
| 377 | |
| 378 | Marcio Roberto Ghizzo |
| 379 | |
| 380 | Neri Santos de Vargas |
| 381 | |
| 382 | Paulo Cesar Paulino |
| 383 | |
| 384 | Rafael Cardoso |
| 385 | |
| 386 | Rogério Eduardo Cunha de Oliveira |
| 387 | |
| 388 | Sandroney Fochesatto |
| 389 | |
| 390 | Vanessa Ishiwaka Rasoto |
| 391 | |
| 392 | Suplentes: |
| 393 | André Luis Dresch |
| 394 | |
| 395 | Carlos Cziulik |
| 396 | |
| 397 | Carlos Henrique Mariano |
| 398 | |
| 399 | Eduardo Felix Ribeiro Romanelli |
| 400 | |
| 401 | Guataçara dos Santos Junior |
| 402 | |
| 403 | Jefferson Gustavo Martins |
| 404 | |

| | |
|-----|--|
| 405 | Marcos Massaki Imamura |
| 406 | |
| 407 | Maria Leni Gapski |
| 408 | |
| 409 | Priscilla Santo de Souza |
| 410 | |
| 411 | Valter Oshiro Vilela |
| 412 | |
| 413 | Walter Luis Mikos |
| 414 | |
| 415 | Presidente em exercício do Conselho Universitário |
| 416 | Luiz Alberto Pilatti |
| 417 | |
| 418 | Secretária do Conselho Universitário |
| 419 | Cleonice Mendonça Pirolla |
| 420 | |